



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA ADMINISTRATIVA - CMA

**PARECER n. 00933/2017/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 02000.207387/2017-13**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA**

**ASSUNTOS: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

EMENTA: ADMINISTRATIVO. ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. INTEVENIÊNCIA DO MMA. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA GEF-MAR. AUSÊNCIA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ENTRE OS PARTÍCIPES. MANIFESTAÇÃO TÉCNICA FAVORÁVEL. VIABILIDADE. APROVAÇÃO.

Senhora Coordenadora,

**I - RELATÓRIO**

1. Trata-se processo encaminhado para análise e manifestação jurídica acerca de minuta de Acordo de Cooperação Técnica - ACT a ser firmado entre o FUNBIO e o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA, com a interveniência da União, por meio do Ministério do Meio Ambiente, cujo objeto é a implementação das atividades do Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas - GEF-Mar.
2. Consta dos autos a seguinte documentação: Carta nº 647/2017 do FUNBIO; Ofício nº. 1033/17/GS/SEMA e documentação dos acordantes (SEI 0073109); MOP do Projeto (SEI 0080548); minuta do ACT (SEI 0080612); Nota Informativa nº 50441/2017-MMA (SEI 0080615).
3. Eis o relatório, passa-se à apreciação da matéria em apreço.

**II - APRECIÇÃO JURÍDICA**

4. Preliminarmente, cumpre ressaltar que o exame desta Consultoria se dá nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, subtraindo-se ao âmbito da competência institucional deste Órgão Consultivo, delimitada em lei, análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária. Sublinhe-se que a apreciação ora empreendida cinge-se aos aspectos jurídico-formais das minutas acostadas aos autos.
5. A celebração do instrumento sub examine preordena-se ao estabelecimento de atribuições e responsabilidades a cargo de cada um dos seus signatários e tem por escopo estabelecer as condições da cooperação, visando a implementação das atividades do Projeto GEF-Mar.
6. Registre-se que será sempre da inteira responsabilidade do setor técnico competente a avaliação acerca da conveniência e oportunidade, bem como a apreciação dos motivos que determinarão a celebração dos instrumentos administrativos, cuja validade, consoante a Teoria dos Motivos Determinantes, fica condicionada a existência dos motivos.
7. Quanto a este tema, faz-se imprescindível a apresentação de manifestação técnica consistente acerca da adequação das obrigações assumidas no Acordo de Cooperação com o Acordo de Doação que financia o Projeto e documentos correlatos, como o MOP.
8. Conforme se verifica do Item III da Cláusula Quarta, além das atribuições de coordenação da execução do Projeto e exame, avaliação e emissão de pareceres sobre os POs, é prevista como atribuição do MMA o cumprimento de todas as obrigações previstas no MOP do Projeto, sem que a unidade técnica tenha discriminado e avaliado cada uma delas e atestado a capacidade do MMA em realizá-las.
9. Sobre o ACT é oportuno ressaltar que, em regra, os Acordos de Cooperação Técnica são instrumentos que formalizam a execução de atividades em parceria com órgãos públicos (federais, estaduais ou municipais), organizações não governamentais ou entidades particulares sem que haja repasse de recursos financeiros, devendo cada partícipe aplicar seus próprios recursos na consecução do pactuado. Nisso difere, por exemplo, de um Convênio.
10. Destaca-se que, embora não preveja o repasse de recurso financeiros entre os partícipes, característica própria dos Acordos de Cooperação Técnica entre órgãos e entidades públicos, o instrumento em comento caracteriza-se como acordo ou ajuste (lato sensu) e, portanto, deve pautar-se pelas disposições constantes da Lei nº 13019/2014 e Decreto nº 8726/2016, o qual estabelece em seu art. 5º que "O acordo de cooperação é instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros".
11. Apesar de haver um elenco de cláusulas no art. 6º do Decreto nº 8726/2016, a sua aplicação será realizada "no que couber", cabendo aos partícipes elaborar a minuta de acordo com a maior conveniência para a execução do projeto.
12. No que concerne à minuta apresentada, verifica-se que ela atende, em termos gerais, às prescrições constantes do art. 55 da Lei nº 8.666/1993, competindo ao Ministério do Meio Ambiente,

exclusivamente, os seguintes atos (Cláusula Quarta - item III):

- a) coordenação da execução do Projeto GEF-Mar;
- b) exame, avaliação e emissão de pareceres sobre os PO's enviados pelos Estados para aprovação do Comitê do Projeto;
- c) cumprimento das demais obrigações do MOP do Projeto.

13. Sobre essa última atribuição, é necessário destacar que o Manual Operacional foi juntado aos autos, verificando-se que as menções ao MMA são coerentes com o disposto no item *supra* citado, sendo as atribuições do MMA relacionadas à coordenação do Projeto (item 4.4 do MOP) e participação no Conselho do Projeto (item 4.1), no Comitê Operacional do Projeto (item 4.2) e na Unidade de Coordenação do Projeto (item 4.4).

14. Quanto à minuta, encontra-se elaborada nos termos já aprovados por esta Consultoria Jurídica.

15. No que concerne aos demais requisitos jurídico-formais, observa-se que os autos foram instruídos com a documentação necessária à formalização do instrumento.

16. Por fim, o instrumento não prevê repasse de recursos entre os partícipes e no que repeita, exclusivamente, às obrigações do MMA como interveniente do ACT, é possível concluir que são condizentes com as suas finalidades institucionais.

### **III - CONCLUSÃO**

17. Ante o exposto, considerando-se exclusivamente os aspectos jurídico-formais da minuta de Acordo de Cooperação Técnica (SEI 0080612), este órgão consultivo opina favoravelmente à celebração do ajuste pretendido, observada a recomendação constante do item 8 deste opinativo.

À consideração superior. Em seguida, sugere-se o retorno dos autos à Secretaria de Biodiversidade para providências cabíveis.

Brasília, 03 de novembro de 2017.

RODRIGO MAGALHAES PEREIRA  
ADVOGADO DA UNIÃO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 02000207387201713 e da chave de acesso a8308314



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA ADMINISTRATIVA - CMA

---

**DESPACHO n. 02242/2017/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 02000.207387/2017-13**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA**

**ASSUNTOS: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

1. De acordo com o **PARECER n. 00933/2017/CONJUR-MMA/CGU/AGU**, pelos seus próprios fundamentos.
2. A título de complementação, deverá a área técnica competente, no caso a Secretária de Biodiversidade, acostar aos autos o Plano de Trabalho respectivo, parte integrante do Acordo de Cooperação Técnica, conforme estabelece a Cláusula Segunda do Instrumento (Documento nº SEI nº 0080612).
3. Assim, submeto à apreciação superior, na forma sugerida nessa manifestação jurídica. Após, caso aprovado o referido Parecer, opino pela restituição ao Serviço de Apoio Administrativo desta CONJUR-MMA, para encaminhamento à Secretária de Biodiversidade.

Brasília, 06 de novembro de 2017.

TÂNIA MARA ARRAIS MONTEIRO  
PROCURADORA FEDERAL  
COORDENADORA-GERAL DE MATÉRIA ADMINISTRATIVA  
CONJUR-MMA

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 02000207387201713 e da chave de acesso a8308314



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE-CONJUR

---

**DESPACHO n. 02248/2017/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 02000.207387/2017-13**

**INTERESSADOS:** SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE - MMA

**ASSUNTOS:** ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. ESTADO DO MARANHÃO. FUNBIO.

1. Ciente.
2. Aprovo o PARECER n. 00933/2017/CONJUR-MMA/CGU/AGU, bem como o DESPACHO n. 02242/2017/CONJUR-MMA/CGU/AGU que o aprova, por seus próprios fundamentos.
3. Em complemento aos acotamentos realizados tanto no PARECER [\[1\]](#) quanto no DESPACHO [\[2\]](#) de aprovação, aponto as seguintes correções que deverão constar na minuta em apreço:

a) Substituição da referência à Medida Provisória 782, de 31 de maio de 2017, pela Lei 13.502, de 1º de novembro de 2017, como se segue:

(...)

com a interveniência da UNIÃO, neste ato representada pelo MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE MMA, órgão da Administração Pública Federal, nos termos da ~~Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017~~ **Lei 13.502, de 1º de novembro de 2017** e do Decreto nº 8.975, de 24 de Janeiro de 2017, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", Brasília/DF, CEP: 70.068-901 (...)

b) Adequação da CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA para:

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE ACORDO**

**O Manual Operacional do Projeto GEF-Mar - MOP faz parte integrante do presente acordo.**

4. É o breve despacho. Ao apoio desta Conj/MMA para encaminhamento dos autos à Secretaria de Biodiversidade.

Brasília, 06 de novembro de 2017.

SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA  
CONSULTOR JURÍDICO SUBSTITUTO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 02000207387201713 e da chave de acesso a8308314

Notas

1. <sup>^</sup> Conforme se verifica do Item III da Cláusula Quarta, além das atribuições de coordenação da execução do Projeto e exame, avaliação e emissão de pareceres sobre os POs, é prevista como atribuição do MMA o cumprimento de todas as obrigações previstas no MOP do Projeto, sem que a unidade técnica tenha discriminado e avaliado cada uma delas e atestado a capacidade do MMA em realizá-las.
  2. <sup>^</sup> A título de complementação, deverá a área técnica competente, no caso a Secretária de Biodiversidade, acostar aos autos o Plano de Trabalho respectivo, parte integrante do Acordo de Cooperação Técnica, conforme estabelece a Cláusula Segunda do Instrumento (Documento nº SEI nº 0080612).
-

Documento assinado eletronicamente por SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 87361726 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA. Data e Hora: 06-11-2017 18:21. Número de Série: 102792. Emissor: Autoridade Certificadora da Presidencia da Republica v4.

---